

AMAZÔNIA

COP 30 será cartão de visitas para apresentar o Brasil ao mundo, defende secretário

Investimentos verdes

» RAFAELA GONÇALVES

Com os olhos do mundo voltados ao Brasil, que será sede da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a COP30, o secretário de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Rodrigo Rollemberg, avalia o momento como um potencial do país para se tornar um “paraíso de investimentos verdes”. “É um evento crucial para

apresentar o potencial do Brasil”, disse, em conversa com jornalistas a caminho da inauguração da Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas da Ilha das Cinzas (ATAIC). O secretário, que está prestes a deixar o governo para assumir vaga na Câmara dos Deputados, fez uma avaliação da pasta sobre sua gestão e detalhou planos futuros na auditoria de projetos no Congresso. “Há um grande potencial de associar esses projetos de restauração e reflorestamento à sociobioeconomia, produzindo

bens como açaí, cacau, cupuaçu, babaçu, castanha, murumuru, entre outros produtos florestais e não florestais, incluindo manejo sustentável da madeira”, avaliou. Ele enfatizou que a renda dessa associação, juntamente com os créditos de carbono, pode gerar uma “oportunidade gigantesca”. “Para isso, é essencial a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias.” Sobre o avanço da pesquisa para a exploração da Foz do Amazonas, considerada uma contradição em meio ao avanço da

agenda de transição energética, ele defende que parte relevante dos recursos provenientes do petróleo, especialmente da Margem Equatorial, deve ser destinada ao desenvolvimento da sociobioeconomia e à restauração florestal. Rollemberg afirma já ter um projeto pronto para a destinação desses recursos, sugerindo que um percentual vá para o Fundo Amazônia, outra parte para o Fundo Clima e Fundo de Desenvolvimento Industrial.

Leia mais no site do Correio

Brasil S/A
por Antonio Machado



machado@cidadebiz.com.br

Selic de até 23%. Topa?

Para ganharmos tempo e evitar enrolação, vamos aos fatos. Sabe o Imposto sobre Operações Financeiras, IOF, aumentado no último dia 22 sem aviso prévio nem avaliação sobre as suas graves sequelas? Pois é: a turgada do novo IOF nas operações de capital de giro, desconto de duplicatas e recebíveis equivale a um aumento da Selic dos atuais 14,75% ao ano, por si já um disparate, para 17,95% (em contratos de 30 dias) a 23,07% (com prazo de até 120 dias). Isso é absurdamente injustificável. Mesmo se a revogação implicar a paralisia do governo por faltar dinheiro, o chamado “shutdown”. A consequência será o “shutdown” da miríade de pequenas e médias empresas, de padarias e confeitarias a metalúrgicas e lanchonetes. Tanto o crédito, já caro e seletivo devido à inadimplência, seria ainda mais gravoso para o tomador, quanto os bancos provavelmente passarão a escolher a dedo a clientela. O que é mais importante? Atender os programas eleitoreiros anunciados nas últimas semanas pelo governo, para recuperar a popularidade pensando nas eleições em outubro de 2026, ou a multidão de eleitores remediados cujas contas dependem das milhões de micros, pequenas e médias empresas?

É esse o impasse criado pelo Ministério da Fazenda ao anunciar os aumentos das alíquotas do IOF, cuja incidência alcança tudo o que se movimenta com dinheiro — do cartão de crédito e débito a fundos de investimento, apólices de seguro, previdência privada, compra e venda de moedas, até sobre renegociação de dívidas. O indivíduo está sujo no Serasa, quer pagar e, no parcelamento, aparece o IOF, cobrado na frente, como se fosse um pedágio ao governante da vez. Não procede, portanto, o noticiário dizer que os presidentes da Câmara, Hugo Motta, e Senado, David Alcolumbre, estão submetidos a intensa pressão do empresariado de todos os setores e da banca. A avaliação do mau passo dos condutores da política econômica — da qual o Banco Central nada tem a ver já que a sua diretoria nem foi chamada para participar das discussões —, dispensa pressões. O tamanho da pancada é tão forte e contraproducente para a saúde da economia e o bem-estar social que só insensíveis e incapazes de calcular os ônus dos juros compostos defendem uma coisa dessas.

NOVO IOF
SOBRE O
CRÉDITO
EQUIVALE
A SALTO DA
SELIC JÁ
OBESA

O contexto da má decisão

A verdade é que o presidente abriu precocemente a campanha à sua reeleição, o que excluiu o que não desse retorno imediato, como a reforma das políticas e programas, hoje disfuncionais, implicando um crescimento econômico movido a gasto público e a endividamento induzido, especialmente das famílias suscetíveis a tais apelos. Vale dizer que este sentimento curto prazista antecede a própria posse, constatado pela aliança oportunista com a parte majoritária do Congresso em fim de mandato para aprovar a PEC da Transição. Ela permitiu R\$ 168 bilhões de novas despesas para o então futuro governo, embutindo o apoio tácito para que os chefes do “centrão”, que dominam o Congresso, mantivessem o tal “orçamento secreto”. A combinação exigia o enterro do “teto de gastos”, criado em 2016 para forçar a transformação da gestão do setor público federal. Ao indexar a expansão da despesa realizada em 2016 só à inflação, o setor público estaria asfixiado em pouco tempo sem a revisão das rubricas da lei orçamentária, sobretudo os gastos obrigatórios com folha de servidores, INSS, saúde, educação e programas sociais. Destas, passou apenas uma reforma mitigada da previdência. Ficou acertada na PEC da Transição que o governo proporia uma opção ao Congresso, dado pelo chamado “arcabouço fiscal”, uma regra muito branda (permite, por exemplo, crescer gastos acima da inflação e reserva uma cota obrigatória ao investimento público). Também não deu certo, dada a indisposição de Lula a qualquer ajuste fiscal.

EsperTEza demais come o dono

Esta sucessão de diretrizes equivocadas dá o contexto da decisão do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, de criar arrecadação com o IOF, tributo regulatório usado irregularmente como puxadinho da CPMF desde a sua extinção em 2007. Por não ter fim arrecadatário, foi o recurso cogitado para não recorrer à aprovação do Congresso. O orçamento deficitário, apesar da margem de tolerância prevista pela regra fiscal, obriga o Tesouro a emitir mais papéis de dívida além do habitual para substituir os bônus vencidos. Se a economia cresce graças ao consumo criado por artifícios (energia e bujão de gás gratuitos, Pé de Meia, crédito consignado ampliado etc.), no entanto, bate na inflação, à falta de produção interna, e escorre para importações. É onde entra o BC subindo a taxa Selic. A ideia é convergir a inflação à meta fixada pelo próprio governo (3% em 12 meses). Isso implica desacelerar o emprego, mas não é o que tem acontecido. Lula quer um “Pibão” com objetivo eleitoral. Entre tais condicionantes, Haddad apelou a aumentos de impostos, eliminando subsídios e privilégios, até que vacilou com o IOF. O apoio do mercado que usufruía, mas tal como no dito “ruim com ele, pior sem ele”, portanto, apoio só tático, se esvaiu. Criou-se esse imbróglio, com contorno eleitoral, que Lula e ele terão de sanar.

O cansaço dos coadjuvantes

Aos senhores que manejam o poder em Brasília, faltou um senso de obviedade: entender que o grupo de centro-direita cansou de ser coadjuvante, embora seja a força eleitoral majoritária no país. Não fosse Bolsonaro como mala sem alça, o candidato a medir força com Lula já estaria em campo, provavelmente o governador Tarcísio de Freitas (PR-SP) ou Ratinho Jr (PSD-PR). Isso está em formação. A boa-vontade dos presidentes do Senado e da Câmara com o governo tende a ser mais escassa, apesar do olho gordo do centrão nas prebendas federais. A tradicional omissão do empresariado com a política também deverá mudar. Tudo somado, o IOF acabou servindo para unir o que estava disperso e enquadrar os adesismos eventuais das chefias do Congresso. As sequelas do IOF, afinal, são graves, tornando-o indefensável, ainda que os políticos percam um naco das emendas no ajuste orçamentário que terá de ser feito. É para ficar atento: o que não se fará este ano nem em 2026 terá de ser feito em 2027. Será preciso algo mais rápido, intenso e transformador, sintonizado com as enormes mudanças tecnológicas e geopolíticas da década. A fila vai andar. Que assim seja!

TAGUÁ



Taguatinga surgiu antes mesmo de Brasília e a região, repleta de histórias e memórias afetivas, celebra os seus 67 anos no mês de junho.

Para essa data especial, o Correio Braziliense, o Aqui DF, a Clube FM e a TV Brasília trazem um projeto exclusivo para criar uma conexão única entre as marcas e os apaixonados pela cidade.



FAÇA PARTE DESSE PROJETO!

